

## Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação

**Luciana Pedrosa Marcassa\***

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, SC - Brasil

[lattes.cnpq.br/6655683758937444](https://lattes.cnpq.br/6655683758937444)

[orcid.org/0000-0001-5313-1002](https://orcid.org/0000-0001-5313-1002)

luciana.marcassa@ufsc.br

**Felipe de Marco Pessoa\*\***

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)

Florianópolis, SC - Brasil

[lattes.cnpq.br/2484666246345828](https://lattes.cnpq.br/2484666246345828)

[orcid.org/0000-0001-5248-6178](https://orcid.org/0000-0001-5248-6178)

fdmpessoa@gmail.com

 @percursos\_revista

 /revpercursos

### Para citar artigo:

MARCASSA, Luciana Pedrosa; PESSOA; Felipe de Marco. Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0204, 2024.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246252024e0204>

Recebido: 11/11/23

Aprovado: 15/04/24



## Escola, sociedade civil e aparelhos de hegemonia: uma contribuição gramsciana à educação

### Resumo

A escola pode ser considerada um aparelho “privado” de hegemonia? Partindo desse questionamento, o objetivo deste texto é discutir, à luz das reflexões gramscianas, a determinação da escola como um espaço da sociedade civil, buscando respostas que evidenciem, de um lado, as contribuições teórico-metodológicas de Gramsci para a educação na atualidade, e de outro, a potência política e pedagógica dessas indicações para a luta dos trabalhadores e grupos subalternos para educarem-se a si próprios e dirigirem-se na vida, tendo em vista a realização da sociedade regulada e autogerida pelos produtores associados. O estudo foi realizado a partir da leitura e interpretação sistemáticas dos escritos gramscianos, principalmente, dos Cadernos do Cárcere, publicados no Brasil em seis volumes pela Civilização Brasileira. Os termos e expressões cunhados por Gramsci ao refletir sobre a escola e os chamados “aparelhos de hegemonia” foram extraídos do texto do autor com vistas à problematização de seus significados, o que não seria possível sem um tratamento analítico respeitoso e consciente da unidade e organicidade de seu pensamento. Assim, a afirmação de que a escola pode ser entendida como um aparelho de hegemonia política e cultural encontra, nos escritos de Gramsci, não só documentação fecunda, mas também evidência lógica e histórica, embora tal assertiva precise ser ainda aprofundada pelos estudiosos do campo da educação, considerando que, para Gramsci, há uma profunda articulação entre escola, hegemonia e política.

**Palavras-chave:** Gramsci; escola; sociedade civil; aparelhos de hegemonia; cultura.

## School, civil society and apparatus of hegemony: a gramscian contribution to education

### Abstract

Can school be considered a “private” apparatus of hegemony? Based on this question, the objective of this text is to discuss, in the light of Gramscian reflections, the determination of the school as a space of civil society, seeking answers that highlight, on the one hand, Gramsci's theoretical-methodological contributions to education today, and on the other, the political and pedagogical potential of these indications for the struggle of workers and subaltern groups to educate and direct themselves in life, aiming the achievement of a regulated and self-managed society by associated producers. The study was carried out through the systematic reading and interpretation of Gramscian writings, mainly the Gramsci's Prison Notebooks, published in Brazil in six volumes by “Civilização Brasileira”. The terms and expressions coined by Gramsci while reflecting on the school and the “apparatus of hegemony” were extracted from the author's text with a view to problematizing their meanings, which would not be possible without a respectful and conscious analytical treatment of both unity and organicity of your thinking. Thus, the statement that the school can be understood as an apparatus of political and cultural hegemony finds in Gramsci's writings not only fruitful documentation, but also logical and historical evidence, although this assertion still needs to be deepened by researchers in the field of education, considering that, for Gramsci, there is a deep articulation among school, hegemony and politics.

**Keywords:** Gramsci; school; civil society; hegemonic apparatus; culture.

---

Contribuições de autoria

\* conceituação, análise formal, investigação, administração do projeto, validação, visualização e escrita – rascunho original

\*\* curadoria de dados, investigação, metodologia, visualização e escrita – rascunho original.

## 1 Introdução

Como já destacado por Manacorda (2008) em seu clássico estudo sobre o pensamento pedagógico de Antonio Gramsci, intitulado, *O princípio educativo em Gramsci*, o tema da educação ocupa uma posição central ou, pelo menos, não secundária, na experiência vivida e no pensamento de Gramsci. O referido tema, entretanto, é abordado pelo autor de forma ampla, exprimindo o conjunto de práticas educativas inerentes à totalidade da vida social, já que Gramsci não dissocia as relações pedagógicas do processo de organização material da cultura, ou seja, das relações de hegemonia. A educação integra, portanto, as lutas políticas e ideológicas que constroem as condições subjetivas da práxis revolucionária, preparando as bases da nova sociedade antes mesmo da tomada do poder. É assim que a educação aparece nos escritos de Gramsci, antes e durante o período vivido no cárcere fascista, como processo constitutivo das disputas hegemônicas e da dinâmica da produção e reprodução social, seja ela encaminhada na perspectiva da conservação das estruturas econômicas e políticas de um determinado bloco histórico, ou na perspectiva de sua transformação.

Ao refletir sobre os instrumentos políticos, teóricos e práticos, necessários ao processo de transformação social, Gramsci não deixou de fora o debate sobre a escola e os aparelhos de hegemonia política e cultural, por meio dos quais as classes dominantes conseguem atrair, convencer e dirigir, a partir de seus próprios esquemas culturais, não só o conjunto das frações de classe a elas associadas, mas também as classes dominadas e subalternas.

Desse modo, a formulação de Gramsci sobre a escola, seu papel formativo e político, suas dimensões didático-pedagógicas, sua relação com o trabalho e a vida dos grupos e classes sociais, e seu lugar na criação e organização de um determinado ambiente cultural, não poderia deixar de supor as múltiplas, dinâmicas e contraditórias atividades do Estado, que se torna tanto mais “Ético” quanto mais consegue elevar toda a sociedade a um nível moral e cultural compatível ao desenvolvimento das forças produtivas e aos interesses e necessidades das classes dirigentes.

Aprendemos na leitura dos escritos gramscianos que o Estado se constitui pela relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, esferas ou planos que são

descritos e abordados separadamente pelo autor apenas por motivos metodológicos, já que “se identificam na realidade dos fatos” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, §18, p. 47), isto é, formam uma mesma e única estrutura.

Historicamente, a burguesia trabalha para tornar coesas e homogêneas, em termos de costumes, moral, cultura e de senso comum, as classes dirigentes, criando um “conformismo social” capaz de consolidar seu poder. Com isso ela vai expandindo sua esfera de classe, incorporando ao seu projeto de sociedade não só os grupos e frações de classes aliadas, ou seja, aqueles que consentem, mas também os grupos e classes antagônicos, isto é, aqueles que não consentem. E esse movimento é operado pelo Estado por meio da combinação de força e consenso.

Se a força se expressa, predominantemente, no exercício dos poderes executivo, policial, judiciário e militar da sociedade política, o consenso se conquista, predominantemente, no âmbito das organizações da sociedade civil, espaço por excelência da disputa hegemônica e da luta de classes. Na interpretação de Semeraro (2001, p. 76), a sociedade civil é o lugar, dentro do Estado, “onde se decide a hegemonia, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura.” Não é outro o entendimento de Coutinho (2003, p. 121) quando concebe a sociedade civil como “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera da mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito.”

Para Gramsci, a sociedade civil é composta por um conjunto amplo e diversificado de sujeitos políticos coletivos que realizam, cada qual a seu modo e, às vezes, de forma específica, um intenso trabalho de difusão e penetração de ideias e concepções de mundo ligadas às classes e frações de classe em disputa, buscando impulsionar e expandir o projeto de uma classe para a inteira sociedade nacional. Esses agrupamentos e associações, que expressam e condensam “vontades coletivas”, são o que Gramsci chamou de aparelhos de hegemonia, ou seja, organismos ditos “privados” porque “deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 1, § 47, p. 119), iniciativa que é portadora de um duplo caráter, “natural e contratual ou voluntária” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, §136, p. 253), e que se articulam de modo relativamente independente da sociedade política.

Dado o duplo caráter dos chamados “aparelhos privados de hegemonia” e sua relativa autonomia em relação ao Estado restrito, como entender o lugar, a configuração social, a função hegemônica da conservação ou da transformação, o conteúdo e a materialidade da escola pública, obrigatória e estatal? Colocada esta questão de outro modo, podemos perguntar: a escola pode ser considerada um aparelho “privado” de hegemonia?

Diante desse questionamento, objetivamos discutir, à luz das reflexões gramscianas, a determinação da escola como um espaço da sociedade civil, buscando respostas que evidenciem, de um lado, as contribuições teórico-metodológicas de Gramsci para a educação na atualidade, e de outro, a potência política e pedagógica dessas indicações para a luta dos trabalhadores e grupos subalternos para educarem-se a si próprios e dirigirem-se na vida, o que pressupõe uma profunda reforma intelectual e moral, que é também econômica, tendencialmente capaz de realizar a sociedade regulada e autogerida pelos produtores associados.

## 2 Sociedade civil e hegemonia política e cultural

Vivendo na Itália durante as primeiras décadas do Século XX e observando, ainda que sob a clausura do cárcere, a expansão e complexidade das superestruturas políticas próprias das sociedades ocidentais, Gramsci entendia ser necessário aprofundar, atualizar e indicar as estratégias revolucionárias que dessem conta de instrumentalizar as classes trabalhadoras para sua luta em busca da emancipação social. Para tanto, dedicou muitas de suas reflexões ao problema da sociedade civil, considerando os aspectos históricos e culturais específicos das formações econômico-sociais do ocidente e os movimentos políticos no âmbito da sociedade civil como cruciais na conquista de uma nova hegemonia.

Na visão de Gramsci, o processo de organização e luta dos trabalhadores e classes subalternas passa, necessariamente, pela formação sociocultural, moral e intelectual dos indivíduos, formação essa que se dá na história, a partir da criação e apropriação de bens, produtos, ideias, modos de ser, agir e sentir desenvolvidos cultural

e coletivamente. É por isso que Gramsci definiu a natureza humana como o “conjunto das relações sociais”, incluindo aí a ideia do *devir*:

o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o ‘homem em geral’: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal [...] por isso, a natureza humana não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano (e o fato de que se adote a palavra ‘gênero’, de caráter naturalista, tem o seu significado), enquanto em cada indivíduo se encontram características postas em relevo pela contradição com a de outros homens” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 7, § 35, p. 245).

Na definição de Gramsci, o “homem” deve ser concebido como um bloco histórico, composto de elementos subjetivos individuais e elementos de massa, objetivos ou materiais, com os quais se relaciona ativamente. É nessa interação dialética que ele localiza a noção de cultura, entendida como concepção de mundo predominante em um determinado momento histórico, ou seja, um sistema ordenado de ideias, conceitos e compreensões sobre o ser humano, o mundo e a sociedade que exprime uma determinada ordem intelectual e moral.

Em *Socialismo e Cultura* (texto publicado em 1916 no jornal *Il grido del popolo*), Gramsci escreve que “toda Revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação” (Gramsci, 2004, p. 58-59). Assim, o que ele enfatiza nessa passagem é o “ambiente cultural” que é criado historicamente, por meio da difusão de ideias, ideologias e concepções de mundo, tal como afirma em outro trecho do mesmo texto: “As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam o caminho já preparado por um exército de livros, de opúsculos, que vinham de Paris como enxames desde a primeira metade do Século XVIII e que haviam preparado os homens e instituições para a necessária renovação” (Gramsci, 2004, p. 59-60).

Ao comentar sobre o processo da Revolução Francesa, Gramsci está interessado em discutir o que a fomentou, que bases foram necessárias para sua explosão. E ele encontra a resposta na formação da cultura, no processo educativo, na criação histórica de uma “consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa, sensível em todos os seus elementos às dores e às desgraças comuns e que foi a melhor preparação para a sangrenta revolta que depois teve lugar na França” (Gramsci, 2004, p. 59). Para Gramsci, a Revolução Francesa seria incompreensível se não se conhecessem os *fatores culturais* que contribuíram para criar aquele “estado de espírito” pronto para as explosões em favor de uma causa que se acreditava comum.

Isto porque a cultura para Gramsci não é um saber enciclopédico, no qual o ser humano é visto como um recipiente a encher de dados empíricos e fatos brutos que ele deverá classificar e acumular em sua memória para sair “vomitando” a cada ocasião, erigindo assim uma barreira entre ele e as demais pessoas. Isso, diz Gramsci, não é cultura, é pedantismo, não é inteligência, mas intelectualismo.

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior; e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes a própria vontade, como ocorreu na natureza vegetal e animal, onde cada ser singular seleciona e especifica seus próprios órgãos inconscientemente, pela lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza (Gramsci, 2004, p. 58).

Disso decorre que, pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, partilhando de um mesmo modo de pensar e agir. Como afirma Gramsci, somos sempre conformistas de algum conformismo. Mas as relações sociais nas quais estamos envolvidos podem ser vivenciadas com maior ou menor grau de participação ativa e consciência crítica. Trata-se, portanto, de criar as condições para o desenvolvimento de uma consciência histórica, universal, unitária e coerente, trabalho que é realizado pelas organizações e movimentos da sociedade civil, as quais unificam e

transformam as ações e reações espontâneas e independentes da própria vontade em vontades coletivas coerentes.

A primeira célula pela qual se expressam os elementos originais de uma vontade coletiva que tendem a ser universais é o partido político, ou seja, “um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, §1, p. 16).

Nas sociedades ocidentais modernas, porém, em que as relações de forças sociais e políticas se tornaram mais complexas, em que o fenômeno estatal é mais mediatizado e ainda mais contraditório, haja vista o grau de intensificação dos processos de socialização da política e desenvolvimento de múltiplos sujeitos políticos coletivos, a formação dos partidos políticos não é a única expressão de uma vontade coletiva nascida e afirmada no terreno da ação. Essas “vontades coletivas” são plurais e diversificadas, dado que grupos, classes e frações de classe tendem, por sua vez, a se organizarem de acordo com seus projetos, mais ou menos, corporativos e particulares, os quais tomam corpo nas intensas lutas de classes que compõem a sociedade civil. É assim que grandes sindicatos, organizações classistas, jornais de grande tiragem, fundações de cunho empresarial, organismos multilaterais, redes de institutos e universidades, círculos de cultura, igrejas e escolas se integram e participam das disputas hegemônicas. Eis a “esfera social nova” observada por Gramsci em relação ao fenômeno estatal nas sociedades ocidentais modernas, uma esfera dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico, quanto dos aparelhos repressivos e coercitivos do Estado, e que refletem o grau de auto-organização dos grupos e classes sociais. Foi esse fenômeno, caracterizado pela expansão e diversificação de organismos coletivos que deram materialidade à sociedade civil, o que permitiu a Gramsci compreender a existência de uma “trama privada” do Estado. Em uma nota sobre *Hegel e o associacionismo*, Gramsci escreve:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com consenso dos governados,



mas com consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” esse consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (Gramsci, 2007, v. 3, c. 1, § 47, p. 121).

Ao historicizar o conjunto de organizações criadas, paulatinamente, desde o período de Marx, Gramsci descreve como, desde então, foi se desenvolvendo toda uma atmosfera favorável ao processo de concentração de interesses e condensação de aspirações coletivas fora da esfera do Estado restrito – que, inclusive, passa por um processo de laicização – sob a forma de clubes, reuniões, assembleias populares, associações secretas, publicações, organismos profissionais e jornalísticos, formação de pequenos grupos liderados por personalidades políticas, entre muitas outras expressões, que foram materializando projetos, interesses, formas de auto-organização de grupos, classes e frações de classes com interesses específicos. Essas organizações, então chamadas por Gramsci de aparelhos “privados” de hegemonia, agem e se movem para difundir, convencer e transformar o modo de pensar dos indivíduos, buscando sua adesão e seu consentimento, condição pela qual se constitui a unidade cultural social que assegura a dominação ou leva à revolução.

Disto se deduz a importância que tem o “momento cultural” também na atividade prática (coletiva): todo o ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo “homem coletivo”, isto é, ele pressupõe a obtenção de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular, atuante transitoriamente – por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão radicada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). Já que assim ocorre, revela-se a importância da questão linguística geral, isto é, da obtenção coletiva de um mesmo “clima” cultural (Gramsci, 1999, v. 1, c. 10, § 44, p. 399).

Contudo, se considerarmos os aparelhos “privados” de hegemonia como organismos que, refletindo o grau de auto-organização dos grupos e classes, difundem concepções de mundo buscando produzir consensos e são responsáveis pela participação política e pela organização da cultura, como compreender a dinâmica das

relações de forças sociais e políticas e conceber a escola no âmbito da disputa ideológica que interpenetra ambas as esferas do Estado e o conjunto da sociedade? Se os aparelhos “privados” de hegemonia se desenvolvem no processo de expansão e diferenciação da sociedade civil na modernidade, como localizar a escola nesse emaranhado conceitual do Estado integral (já que a escola é uma instituição controlada, em grande medida, pelo Estado como entidade “pública”) e nas relações de hegemonia concretas existentes na sociedade, considerando que, para Gramsci, o exercício normal da hegemonia pressupõe força e consenso?

### 3 Aparelhos de hegemonia nos Cadernos do Cárcere

Ainda que alguns estudiosos<sup>1</sup> do pensamento de Gramsci já tenham se debruçado sobre esta celeuma teórica e conceitual, a definição sobre como se conforma, qual a configuração e o conteúdo ideológico dos aparelhos de hegemonia na obra gramsciana são questões que seguem abertas ao debate. O aprofundamento neste tema tem relevância na medida em que busca precisar as diferenças e/ou semelhanças entre os conceitos de “aparelho de hegemonia” e “aparelho privado de hegemonia” a fim de somar esforços àqueles que se ocupam de refletir acerca da questão educacional, e particularmente da escola, e dos sistemas categoriais da filosofia da práxis, tendo em vista a superação do senso comum e do modo de produção da vida na sua forma capitalista.

Nesse intento, empreendemos uma análise dessas expressões que consistiu na localização e leitura de todas as passagens em que o termo “aparelho” aparece na integralidade dos seis volumes dos Cadernos do Cárcere, editados e traduzidos por Carlos Nelson Coutinho, coeditados por Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, e

---

<sup>1</sup> Para maiores informações, consultar, entre outros: DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006; FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora da UFRJ, 2010; MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, Cidade, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014; SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre a hegemonia e redes de governança. *Revista Educação e Fronteiras on-line*, Dourados, v. 4, n. 11, p.21-38, maio/ago. 2014.

publicados pela editora Civilização Brasileira no Brasil entre os anos de 1999 e 2002, com algumas reedições posteriores<sup>2</sup>.

Ao longo das 2.606 páginas<sup>3</sup> analisadas através da ferramenta “busca de palavras”, nos arquivos em PDF dos seis volumes dos Cadernos do Cárcere publicados no Brasil, a expressão *aparelho* foi encontrada 66 vezes, remetendo à análise de situações históricas diversas e variadas. Entre esses resultados, organizamos duas categorias. A primeira, relativa ao uso do termo “aparelho” de forma geral: *aparelho de produção, aparelho estatal, aparelho terrorista francês, aparelho de coerção estatal, aparelho burocrático-militar, aparelho geral, aparelho organizativo, aparelho policial, aparelho administrativo, aparelho de direção, aparelho de massa do catolicismo francês, “aparelho de governo”, aparelho industrial italiano, aparelho militar, aparelho de conquista e domínio, aparelho representativo, aparelho governamental, aparelho governamental-coercivo, aparelho de cultura, aparelho de barbear, aparelho político-ideológico, aparelho da justiça, aparelho judiciário, aparelho vocal*.

A segunda categoria refere-se à expressão “aparelho” associada a: 1) de hegemonia; 2) hegemônico; 3) “privado” de hegemonia; 4) ao mecanismo de sua hegemonia. Das 66 vezes em que o termo “aparelho” foi encontrado, 10 referem-se aos termos *aparelho de hegemonia, aparelho hegemônico, aparelho “privado” de hegemonia e ao mecanismo de sua hegemonia*. Nesta segunda categoria, das menções diretas ao termo, 6 delas referem-se ao conceito de *aparelho hegemônico*<sup>4</sup>.

O conceito de “aparelho hegemônico” aparece pela primeira vez, na ordem em que realizamos o levantamento dos excertos, na página 320 do volume 1, §12 – Introdução ao estudo da filosofia. Nela, ao referir-se à contribuição teórica máxima de Lenin ao avanço da filosofia da práxis, Gramsci conclui,

---

<sup>2</sup> Ano de publicação e edição analisada de cada volume: Volume 1 (1999); Volume 2 (2001) 2. ed.; Volume 3 (2007) 3. ed.; Volume 4 (2007) 2. ed.; Volume 5 (2002); Volume 6 (2002). Cabe frisar que a compreensão ora apresentada parte tão somente da referida tradução realizada para a língua portuguesa, cuja edição é intitulada “Cadernos do Cárcere”, volumes 1 ao 6, de Antonio Gramsci.

<sup>3</sup> Número total de páginas por volume: v.1 – 494 v.2 – 334 v.3 – 428 v.4 – 394 v.5 – 461 v.6 – 495

<sup>4</sup> Quantidade de registros no texto para cada termo: Aparelho hegemônico - 6 vezes; Aparelho de hegemonia - 2 vezes; Aparelho “privado” de hegemonia - 1 vez, Aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia - 1 vez.

[...] Ilitch teria feito progredir efetivamente a filosofia como filosofia na medida em que fez progredir a doutrina e a prática política. A realização de um **aparelho hegemônico**, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (Gramsci, 1999, v. 1, c. 10, §12, p. 320, grifo nosso).

Aqui o conceito é entendido de forma bastante ampla, na linha do que Gramsci chama de “completa reforma filosófica” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 10, §12, p. 320). O excerto sobre “A realização de um aparelho hegemônico [...]” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 10, §12, p. 320), no contexto de sua reflexão, remete a uma forma de organização social culturalmente superior àquela vivida por Gramsci. Isso porque a filosofia de Lenin e experiência dos soviets teria assumido, na leitura de Gramsci, um valor universal, podendo orientar, a partir de seu exemplo concreto, o modo pelo qual se promoveria a transformação socialista das sociedades, as quais deveriam traduzir tal experiência, respeitando as particularidades de cada formação econômico-social, na construção de seu próprio processo revolucionário. Assim, se por um lado, o termo *aparelho* é utilizado de forma ampla, como conjunto de atividades/mecanismos/práticas capazes de formar consciências, de criar os métodos mais adequados de conhecimento e de conferir inteligibilidade ao real, por outro, explicita a relevância do trabalho teórico-prático de Lenin na construção de outra sociedade.

Outra menção é encontrada na página 95 do volume 3, § 37 – quando escreve as notas sobre a vida nacional francesa. Aqui cabe registrar o excerto que antecede aquele onde se localiza o termo *aparelho hegemônico* propriamente dito. Neste, o autor introduz as formulações sobre a organização do consenso que cabe à iniciativa privada para fins de hegemonia. Esta passagem ajuda a compreender o sentido do termo “privado” (entre aspas) que será introduzido entre as palavras *aparelho* e *hegemonia* em outras reflexões do autor.

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente aplicada na fase ativa da Revolução Francesa encontrou seu "aperfeiçoamento" jurídico-constitucional no regime

parlamentar, que realiza - no **período mais rico de energias "privadas" na sociedade** - a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana do governo com o consenso permanentemente organizado (mas **a organização do consenso é deixada à iniciativa privada**, sendo portanto de caráter moral ou ético, já que se trata de consenso dado "voluntariamente" de um modo ou de outro) (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 37, p. 93, grifo nosso).

A frase “no período rico de energias ‘privadas’ na sociedade” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 37, p. 93) parece uma oposição ao período anterior, no qual as energias “privadas” da sociedade eram pouco expressivas ou reprimidas pelo poder centenário concentrado no clero e na monarquia (quicá um período *pobre* de energias privadas). Na história da vida nacional francesa, um dos elementos culturais presentes que, segundo Gramsci, caracterizaram os processos revolucionários ao longo do Século XVIII, é a consciência nacional popular e o elo permanente entre povo e nação. Assim, os jacobinos teriam buscado garantir a ligação entre cidade e campo, conquistando a direção política da burguesia como um todo, levando-a a alcançar uma posição que, diante das demais classes, era mais avançada. Se, nas fases iniciais da revolução, a burguesia teria pautado seus interesses econômico-corporativos mais imediatos, na “fase ativa da Revolução Francesa” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 37, p. 93), foram os jacobinos que esticaram os horizontes da burguesia ao tensionar e romper seu caráter corporativo, assegurando a hegemonia com “consenso permanentemente organizado” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 37, p. 93) até que se tornasse Estado. Portanto, o advento dos processos revolucionários proporcionou uma reconfiguração das forças dominantes na França, abrindo espaço para a hegemonia burguesa, hegemonia que se assentou na iniciativa dita “privada” de grupos e frações de classes que levaram às últimas consequências, dentro do que era possível naquele momento histórico, as ideias fundamentais do movimento revolucionário instaurador de uma nova ordem, em oposição àquela essencialmente monárquica e eclesiástica dominante por séculos.

Na sequência dessa reflexão, Gramsci complementa,

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força

pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados [...] No período do pós-guerra, o **aparelho hegemônico** se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 37, p. 95, grifo nosso).

O aparelho hegemônico então edificado pela direção política e cultural exercida pelos jacobinos junto à burguesia e sobre as demais classes sociais se estilhaça após o período áureo e ativo da Revolução Francesa, uma vez que novas disputas e lutas roubam o lugar do consenso até então organizado. Como explica Gramsci, não basta que a hegemonia seja conquistada; ela precisa ser mantida. Além disso, nenhum sistema de poder se sustenta apenas mediante a força, é preciso produzir consensos permanentemente, desenvolvendo a capacidade de formar política e culturalmente o que se expressa como “opinião pública”. Eis a função essencial dos aparelhos de hegemonia e dos intelectuais nas sociedades modernas: difundir concepções que sejam acolhidas e consentidas pelas massas, prevenindo possíveis resistências e desagregações sociais que levem a uma fratura do consenso espontâneo. A opinião pública é uma função do domínio político e que se relaciona ao “exercício normal da hegemonia”. Isso explica a luta pelo controle e monopólio dos órgãos da opinião pública, como os jornais, a imprensa, as emissoras de rádio e TV, os partidos, bem como as associações por meio das quais se obtém e se “educa” o consenso da maioria. Neste trecho, a ideia de aparelho hegemônico indica a hegemonia política e cultural composta e assegurada por tais órgãos, como elemento de mediação entre sociedade política e sociedade civil, como expressão da dialética entre força e consenso, para garantir o consentimento e a obediência às ideias e valores do grupo dominante.

Já no parágrafo 81 do volume 3 (Gramsci, 2007, p. 235) – Hegemonia (sociedade civil) e divisão dos poderes -, o significado empregado ao termo “aparelho hegemônico” acrescenta novas determinações à compreensão do Estado e da sociedade civil.

Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo); naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3)

Governo. Deve-se notar como causam no público impressão particularmente desastrosa as incorreções da administração da justiça: **o aparelho hegemônico** é mais sensível neste setor, ao qual também podem ser remetidos os arbítrios da polícia e da administração política (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, §81, p. 235, grifo nosso).

Nessa passagem há um alargamento do conceito de *Aparelho Hegemônico* em relação ao seu uso mais comum ligado à hegemonia civil exercida pelas organizações culturais relativamente independentes da sociedade política. A nova conotação trazida ao conceito aqui relaciona o aparelho hegemônico a uma estrutura abrangente que engloba também os três poderes do Estado (executivo, judiciário e parlamento), indicando que o exercício da hegemonia não se restringe à sociedade civil. Tal como afirma Gramsci, se todo Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização, ele deverá fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros. Para isso, o direito será o instrumento punitivo e repressivo capaz de assegurar a eficácia e os resultados almejados, assim como a escola e outras instituições culturais devem produzir a consenso e a sociabilidade adequada a tal finalidade. Nas palavras de Gramsci, “o Estado deve ser concebido como educador” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 11, p. 28). Uma vez que opera essencialmente sobre forças econômicas e desenvolve o aparelho de produção, isso não significa que os fatos de superestrutura devam ser abandonados ao seu desenvolvimento espontâneo. “O Estado é um instrumento de racionalização, de aceleração, de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e pune” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 13, § 11, p. 28). Assim, se o direito é o aspecto repressivo e negativo, a escola é a atividade positiva da educação cívica a ser desenvolvida pelo Estado. Ambos atuam como partes constitutivas do aparelho hegemônico do Estado, combinando força e consenso.

Outra passagem importante em que Gramsci utiliza o conceito de aparelho de hegemonia encontra-se no Caderno 6, §87, – Armas e religião, na qual Gramsci afirma que:

Em todo caso, na concepção política do Renascimento a religião era o consenso e a Igreja era a sociedade civil, **o aparelho de hegemonia** do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesial universal. Não se está fora da Idade Média a não ser pelo fato de que se concebe e analisa abertamente a religião como *instrumentum regni* (Gramsci, 2007, v. 3, C. 6, §87, p.243-244, grifo nosso).

Em várias notas dos Cadernos podemos observar a concepção de Gramsci a respeito da Igreja como aparelho de hegemonia do grupo dirigente de uma época. A igreja, com seu duplo poder, celeste e terrestre, durante todo o período medieval, buscou manter a unidade doutrinal do povo religioso, resultando disso a sua força e autoridade junto às massas. O cuidado para que padres e eclesiásticos não se distanciassem dos simplórios foi o que, na compreensão de Gramsci, assegurou a coesão social e a conservação da ideologia compartilhada pela Igreja e pelo Estado. A religião era um aparelho do reino<sup>5</sup>, ou seja, um instrumento de poder baseado na força e no consentimento que o Estado utilizava para impor a sua dominação. Isso porque, na Idade Média, não havia uma separação muito nítida entre Igreja e Estado, de modo que ela não se colocava como algo “privado” em relação ao Estado como entidade “pública”; ela reafirmava a ideologia do Estado, não só pela formação moral e intelectual, mas também, se preciso fosse, de modo coercitivo e punitivo. Por outro lado, não havia outro instrumento senão a própria organização eclesiástica, que se representava a si mesma e ao conjunto dos fiéis como organização universal. Todo o povo religioso podia “sentir” que a Igreja era um espaço de participação “civil”. A ideologia religiosa formava, assim, o terreno material sob o qual os fiéis se reconheciam, se organizavam e viviam, construindo e reforçando o consenso. Mas com o processo de laicização do Estado na passagem da Idade Média à modernidade, os instrumentos ideológicos de legitimação começam a se “diferenciar” do Estado, constituindo-se como instâncias de natureza “privada” e, portanto, admitindo, cada vez mais, uma disputa ideológica em seu interior. Isso cabe para o caso da Igreja e também da escola. No exemplo utilizado por Gramsci, a igreja carrega o significado de “aparelho de hegemonia” como expressão da articulação entre hegemonia civil e produção de consensos por meio da difusão da ideologia das classes dominantes, da repetição de ideias e valores e da continuidade histórica desses elementos.

Quanto à questão da organização das sociedades nacionais, Gramsci escreve:

Assinaei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e

---

<sup>5</sup> *Instrumentum regni.*



partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo - natural e contratual ou voluntário -, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo **o aparelho hegemônico** de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, § 136, p. 253, grifo nosso).

Como dissera Gramsci no Caderno 11, todos os indivíduos estão profundamente vinculados, consciente ou inconscientemente, a um dos grupos fundamentais da sociedade, ou seja, “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos sempre conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 11, §12, p. 94). Entretanto, considerando que a concepção de mundo dos indivíduos é, em sua maioria, desagregada e ocasional, Gramsci chama a atenção para a necessária elaboração da consciência e da personalidade, no sentido de torná-las coerentes e unitárias, o que só seria possível mediante um processo de análise e crítica dos elementos compósitos e bizarros dessa personalidade, tendo em vista elevá-la ao ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Esse seria o trabalho a ser desenvolvido pelos aparelhos de hegemonia da classe trabalhadora no processo de organização social e elevação cultural das massas. É por isso que Gramsci entende que:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializa-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato filosófico bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1999, v. 1, c. 11, §12, p. 95).

A adesão ou não das massas a uma determinada ideologia é o modo pelo qual se verifica a potencialidade da crítica da racionalidade e da historicidade do modo de pensar de determinados indivíduos e grupos. É por isso que a atividade crítica não pode ser um

ato isolado, mas um trabalho coletivo de orientação política e cultural capaz de se transformar em ideologia, assumindo na prática “a granítica e fanática solidez daquelas ‘crenças populares’ que têm a mesma energia das ‘forças materiais’” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 11, §62, p. 204). A filosofia da práxis, que é a filosofia que exprime e torna inteligíveis as contradições sociais, deve ser difundida mediante um trabalho sistemático de intelectuais e de organismos da sociedade civil com vistas à construção de um novo senso comum.

No âmbito das lutas ideológicas e políticas que atravessam a sociedade civil, como escreve Gramsci, “o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais [bem como das partidárias, dos órgãos da opinião pública, dos parlamentos e das associações de classe], que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 1. §47, p.121). A conexão orgânica dessas organizações particulares aos interesses e necessidades de classes e frações de classe, somadas à sua capacidade de convencer, atrair e dirigir política e culturalmente um conjunto de outros organismos e movimentos, é o que confere a uma ou mais organizações particulares a condição de hegemônicas. Vale lembrar que o Estado, nas modernas sociedades ocidentais, é justamente o instrumento para desenvolver ao máximo as forças produtivas, o que requer a incorporação das outras classes e frações de classes ao projeto de civilização das classes dominantes. Por isso que a atuação dos organismos da classe trabalhadora deve ser ainda mais intenso, coeso e articulado; convencer e atrair as massas e conquistar a hegemonia não é tarefa simples se levarmos em conta que os aparelhos hegemônicos da burguesia afirmam e renovam, diuturnamente, suas estratégias e os mecanismos de persuasão e de dominação.

O aprofundamento dessa compreensão pode ser encontrado no §137 do Caderno 6 (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6), no qual o termo “privado” aparece junto à expressão aparelho de hegemonia. Importa destacar que nas duas mil seiscentas e seis páginas dos Cadernos do Cárcere há somente uma única menção ao termo aparelho “privado” de hegemonia. Entretanto, o uso corrente dessa expressão parece deixar escapar as nuances que tais expressões comportam quando manejadas por Gramsci para explicar fatos e processos históricos concretos.

[...] para Halévy, "Estado" é o aparelho representativo e ele descobre que os fatos mais importantes da história francesa, de 1870 até hoje, não se devem a iniciativas de organismos políticos derivados do sufrágio universal, mas ou de organismos privados (empresas capitalistas, Estado-Maior, etc.), ou de grandes funcionários desconhecidos do país, etc. Mas isto significa que por "Estado" deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho **"privado" de hegemonia** ou sociedade civil. Deve se notar que, desta crítica ao "Estado" que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos, etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo, etc [...] (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, § 137, p. 254, grifo nosso).

Ao criticar a visão de Estado como mero aparelho representativo, Gramsci retoma a ideia de que são nas iniciativas de organismos “privados”, muito além das instituições do Estado restrito, onde se encontram “os fatos mais importantes da história francesa” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, § 137, p. 254). No seu exemplo, fica claro que os organismos germinados na sociedade civil a partir do sufrágio universal devem ser considerados como parte do Estado na medida em que a sociedade civil organiza as ideologias que terão expressão nas intervenções do Estado. Ainda que os aparelhos “privados” de hegemonia tenham origem no terreno das associações e dos movimentos de auto-organização dos grupos e classes, e se expandam para além do aparelho de governo, não são absolutamente independentes deste.

Ao mencionar que, por Estado, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil (Gramsci, 2007, v. 3, c. 6, § 137, p. 254), Gramsci evidencia que este não se reduz a uma única organização, mas refere-se a uma rede diversificada e plural de organismos nascidos no espaço da sociedade civil. Neste caso, parece que o termo sociedade civil é utilizado em oposição à sociedade política, mas o objetivo de Gramsci é apenas demonstrar que há um espaço organizativo importante para além desta, mas que se conecta organicamente com ela (sociedade política). Assim, na configuração do Estado, há uma organização “política” e uma organização “civil” que se distinguem, mas são inseparáveis e atuam juntas, conformando a concepção dialética e integral de Estado, concepção esta que amplia e acrescenta novas determinações à compreensão marxista do Estado, entendido comumente como comitê organizador dos negócios da burguesia.

No Caderno 7, §80 – Passado e presente, Gramsci retoma o excerto no qual afirma que houve um estilhaçamento do aparelho hegemônico no pós-guerra. O autor indaga “Como reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante” (Gramsci, 2007, v. 3, c. 7, §80, p. 264-265), desagregado em consequência da guerra? Em suas palavras,

A discussão sobre a força e o consenso demonstrou como está relativamente avançada na Itália a ciência política e como em seu tratamento, mesmo por parte de estadistas responsáveis, existe uma certa franqueza de expressão. Esta discussão é a discussão da "filosofia da época", do motivo central da vida dos Estados no período do pós-guerra. Como reconstruir **o aparelho hegemônico** do grupo dominante, aparelho que se desagregou em razão das consequências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, por que se desagregou? Talvez por que tenha se desenvolvido uma forte vontade política coletiva antagonista? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagonistas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato. O problema era reconstruir **o aparelho hegemônico** destes elementos antes passivos e apolíticos, e isto não podia acontecer sem a força: mas esta força não podia ser a "legal", etc. Como em cada Estado o conjunto das relações sociais era diferente, diferentes deviam ser os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais (Gramsci, 2007, v. 3, c. 7, §80, p. 264-265, grifo nosso).

Por certo que o Estado é o organismo próprio de uma classe e que funciona para a expansão máxima dessa classe, na medida em que consegue absorver outros grupos e frações de classe até a expansão universal que envolve a inteira sociedade. Entretanto, como à burguesia não interessa a assimilação integral da sociedade até o ponto em que o Estado é completamente absorvido pela sociedade civil, esse processo de expansão é retraído ou paralisado, seja pela exigência mesma da acumulação privada da riqueza produzida pelo trabalho, seja porque as próprias classes dirigentes perderam a capacidade de manter coeso o bloco social (desagregação do consenso espontâneo conferido pelas grandes massas à direção das classes dirigentes), ou ainda porque a direção das classes dirigentes se enfraquece diante dos momentos de “crise orgânica”,

como foi o caso da I Guerra Mundial na Itália. Assim, as classes dirigentes devem encontrar soluções para a recomposição de sua hegemonia: ou rearticulam-se enquanto bloco de poder, modificando as alianças e incorporando demandas pontuais de outros grupos, ou valem-se dos instrumentos de repressão por meio dos quais o Estado retorna como pura força. Normalmente, essa última solução é a mais recorrente na história, considerando as particularidades de cada Estado-nação e de suas formações econômico-sociais. Entretanto, escreve Gramsci, quando a crise não encontra essas “soluções orgânicas”, a solução é do tipo “explosiva”, ou seja, aquela que impulsiona a emergência do “líder carismático”. Tal solução resulta em uma relação de equilíbrio estático, em que as forças em luta não possuem condições de exercer a hegemonia, e até mesmo os grupos mais conservadores necessitam de um senhor.

No caderno 8, § 179 do volume 3 – Estado ético ou de cultura, há uma primeira aproximação do conceito em análise à ideia de “escola como função educativa positiva”.

[...] todo Estado é “ético” na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam **o aparelho da hegemonia** política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2007, v. 3, c. 8, §179, p. 284, grifo nosso).

Diversas atividades estatais fazem parte do aparelho hegemônico de um grupo dominante. Entre elas a escola tem função educativa positiva e os tribunais funcionam como instrumento de educação negativa, ambas compondo o aparelho hegemônico, ou seja, o conjunto de estruturas sociais responsáveis por assegurar, pelo consenso e pela coerção, a direção impressa pelas classes dirigentes ao projeto de sociedade desenvolvido pelo Estado. A essas instituições estatais somam-se diversas outras iniciativas e atividades chamadas de “privadas”. Juntas, as estruturas estatais e os aparelhos “privados” de hegemonia da sociedade civil conformam o Aparelho Hegemônico (ou de hegemonia) do Estado integral. É isso que permite a Gramsci (2018)

afirmar que a escola e os tribunais são as atividades estatais que, somadas às atividades “chamadas privadas”, correspondem ao aparelho de hegemonia das classes dominantes. Além disso, em outra passagem, Gramsci lembra que “A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países” (Gramsci, 1999, v. 1, c. 11, §12, p. 112), em virtude do número significativo de outras agências e pessoal técnico especializado que envolvem, todos eles desenvolvendo e incorporando o trabalho educativo e cultural.

A última menção direta ao termo “aparelho de hegemonia” nos Cadernos do Cárcere é encontrada no Caderno 19, parágrafo 24 – O problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado moderno na Itália.

Sob que formas e com quais meios os moderados conseguiram estabelecer **o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia** intelectual, moral e política? Sob formas e com meios que se podem chamar “liberais”, isto é, através da iniciativa individual, “molecular”, “privada” (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa). De resto, isto era “normal”, dada a estrutura e a função dos grupos sociais representados pelos moderados, dos quais os moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico (Gramsci, 2002, v. 5, c. 19, § 24, p. 63, grifo nosso).

Esta referência direta ao termo “mecanismo de hegemonia” aparece associado ao caráter privado, mas sua atuação se dá por meio de um conjunto de iniciativas, tendo em vista a conquista da hegemonia que se produz também por dentro das instituições e órgãos governamentais do Estado. Na verdade, como explica Gramsci (1999, v.1, c. 6, § 35, p.246), na história da humanidade, desenvolveu-se um “sistema de associações ‘públicas’ e ‘privadas’, ‘explícitas’ e ‘implícitas’, que se aninham no Estado e no sistema mundial político”, produzindo relações de pertencimento e “igualdade” e também relações de oposição e diferença – “desigualdade” – sentidas entre diversas associações, individualmente ou como grupo. Isso explica a profundidade alcançada pelas ideologias difundidas na sociedade civil e que, em virtude das disputas hegemônicas que atravessam as estruturas do Estado, atingem e conformam os modos de ser e viver dos indivíduos e

classes sociais, direcionando o projeto de ser humano e de humanidade a ser desenvolvido.

#### 4 Escola como um aparelho de hegemonia: uma possível conclusão

Como podemos observar na leitura dos Cadernos do Cárcere, através da análise dos excertos em que a expressão “aparelho de hegemonia” (e seus derivados) aparece nas reflexões de Gramsci, as organizações políticas e culturais, tanto da sociedade política, como da sociedade civil, configuram-se como mecanismos articulados em torno de sistemas de hegemonia e de dominação na medida em que, no seu conjunto, operam através da força e do consenso para assegurar um determinado projeto de sociedade. Ainda que haja diferenças, entre essas esferas, decorrentes do modo como, nelas, os sujeitos coletivos atuam, as linhas que separam a coerção, a obediência e a punição da persuasão, do convencimento e do consenso, são muito tênues, tornando difícil separar as instâncias da sociedade civil e da sociedade política no âmbito da intrincada estrutura do Estado integral. Mas a complexidade dessa análise é justamente o que enriquece a noção de Estado. É assim que Gramsci nos permite compreendê-lo como um todo articulado que se movimenta segundo um equilíbrio instável de forças, abrindo brechas ao processo de direção política e cultural das classes subalternas, desde que elas sejam capazes de formar seus próprios intelectuais, criar seus próprios organismos de representação e difusão ideológica, de se organizar e de fortalecer seu projeto de hegemonia.

No âmbito da sociedade civil, diversos aparelhos “privados” de hegemonia, cujo objetivo é construir a direção intelectual e moral para o exercício do poder político do grupo dominante, asseguram a adesão “espontânea” dos demais grupos dirigidos, no sentido da universalização do projeto de uma classe. A escola (assim como os tribunais) juntamente com a rede de iniciativas e organismos “públicos” e “privados” de hegemonia configuram o *aparelho hegemônico*, ou aparelho de hegemonia do Estado integral, o qual é tensionado, sistematicamente, pelas diferentes forças sociais, para difundir a ideologia que corresponda aos seus específicos interesses.

Diante do exposto, podemos afirmar que a escola faz parte do aparelho de hegemonia do Estado, assim como o sistema penitenciário, as igrejas, as organizações não governamentais, os clubes, associações filantrópicas, organismos multilaterais, entre outros. E se ao Estado cabe criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade, isso nos interessa como classe trabalhadora. Trata-se, como pensava Gramsci, de transformar em liberdade a necessidade e a coerção. Eis o trabalho a ser realizado pela escola e pelos aparelhos “privados” de hegemonia do Estado, orientados pelas forças socialistas, que são, segundo Nosella (2010, p. 179), “as parceiras dessa liberdade”.

Com o desenvolvimento da sociedade civil, a escola se tornou um importante espaço de socialização e apropriação do patrimônio material e intelectual acumulado pela humanidade, permeável aos interesses e projetos das diferentes classes. Em muitos países, ela é hoje uma instituição ofertada diretamente pelo poder executivo, com a maior parte de suas diretrizes referendadas pelo poder legislativo (LDB, por exemplo) e organizadas num sistema de leis sob a guarda do poder judiciário. No Brasil há um imbricamento dos vulgarmente chamados “três poderes do Estado” para a oferta e atualização dos serviços de educação, obrigatórios às crianças e jovens. Disso decorre a necessidade de compreendermos a escola como parte do aparelho hegemônico do Estado integral.

A tarefa fundamental que Gramsci atribui à escola é a de promover um modelo educativo capaz de desenvolver e estender as capacidades de compreensão humana da realidade, instrumentalizando os grupos e classes subalternas “para que cada cidadão possa tornar-se governante e que a sociedade o ponha, ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo”, ou seja, “assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessária a essa finalidade” (Gramsci, 2001, v. 2, c. 12, §2, p. 50). Assim, a convicção de que a escola não está absolutamente dominada pelas classes dirigentes, mas que dentro dela existe espaço para a disputa hegemônica, indica a sua importância na organização política e cultural dos trabalhadores.



Vê-se, portanto, que a questão da escola não é abordada por Gramsci abstratamente, mas sim integrada ao problema da formação dos intelectuais, à análise do Estado, às lutas de classes e à mediação exercida por uma pluralidade de agências educativas, entre as quais a escola é apenas uma parte. Portanto, Gramsci tem uma visão da escola como agência educativa complexa, materializada por uma multiplicidade de estruturas sociais que se generalizam ao longo do tempo, de acordo com o desenvolvimento das atividades práticas ligadas ao mundo produtivo e às tensões entre projetos políticos distintos e antagônicos.

Aqueles que negam a contribuição da escola nos processos de transformação social, esperando que primeiro haja uma revolução da ordem econômica, não compreenderam que a hegemonia na sociedade civil é uma condição para tal empreendimento. Como afirma Dore (2006, p. 340), Gramsci tem como ponto de partida as relações sociais dentro do capitalismo, visto que “ele não tem uma visão dicotômica da relação entre Estado e sociedade. A escola unitária está no horizonte de um processo de construção que, por ser dialético, é simultaneamente de destruição.”

Portanto, contraditoriamente à função que a escola burguesa tende a desempenhar na sociedade capitalista, a educação escolar pode contribuir com a elevação moral, intelectual e cultural da humanidade, mas isto sempre deve ser relacionado aos limites de cada momento histórico. Os trabalhadores lutam pelo seu projeto de humanidade, por consequência, também farão esta luta no campo educacional.

## Referências

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. O Risorgimento italiano. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos (1910-1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Campinas: Alínea, 2008.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.